

00087.000913/2020-75



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

Decisão nº 11/2021/COLIT/COLIC/DILOG/SA

Brasília, 15 de abril de 2021.

1. Trata-se de recurso interposto pelas empresas RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEICULOS LTDA, e BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, contra o ato da Pregoeira que inabilitou a licitante, para o item 5, do Pregão Eletrônico, nº 007/2021-SA.
2. As razões de recurso foram interpostas tempestivamente e encontram-se disponíveis no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

DOS FATOS

3. Às 09:30 horas do dia 19 de março de 2021, foi aberta sessão da licitação instaurada pela Secretaria Especial de Administração da Presidência da República, com vistas à escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para locação de veículos, com e sem motorista, para toda Região Centro-Oeste e para os estados do Acre, Amazonas, Pará e Roraima da Região Norte.
4. Em cumprimento aos procedimentos licitatórios, no dia 19 de março de 2021, foi realizada a convocação da empresa BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, melhor classificada, para o item 5, do Pregão 007/2021-SA para o envio da proposta de preços ajustada ao último lance, por meio do anexo do sistema comprasnet, conforme estabelecido no edital.
5. Após, foram juntadas ao processo a proposta e a documentação de habilitação enviada na forma prevista do subitem 5 do edital, as quais foram submetidas à área técnica demandante para análise e parecer.
6. Às 15h04 do dia 25 de março de 2021, a empresa BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA foi inabilitada do certame, visto que não comprovou por meio de atestado de capacidade técnica, a categoria de veículo Camionete 4x4, conforme critérios de maior relevância e valor significativo descritos no item 9.11.1.1.1 do Edital.
7. Ato contínuo, em momento oportuno, foi registrado pelas empresas BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA e RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEICULOS LTDA a intenção de recorrer.
8. Verificados os pressupostos recursais, quais sejam, sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, foi acatada a intenção de recurso e, de imediato, aberto o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões de recurso, na forma do inciso XVIII, art. 4 da Lei 10.520/2002.

DO RECURSO

9. Em sua peça recursal, a Recorrente BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA consigna, em síntese, que (2489841):

(...)

Importante esclarecer que, a BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA tem todos os veículos, referentes as exigências do Item 9.11.1.1.1 do edital e 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência, conforme segue documentos em anexo. Conforme demonstrado anteriormente, as outras empresas que participaram do certame tiveram a oportunidade de enviar os documentos pendentes e, foram desabilitadas em razão de não terem a documentação solicitada, no entanto, a BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA tem todos os veículos, referentes as exigências do Item 9.11.1.1.1 do edital e 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência, conforme segue documentos em anexo, mas não foi dado o benefício e não disponibilizaram a mesma oportunidade de enviar a documentação pendente. É cristalino que a desabilitação da BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA foi irregular, haja vista que não foi oportunizado a comprovação da documentação.

(...)

Portanto, a decisão de desabilitação da BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA não merece prosperar, haja vista que a mesma tem todos os veículos e atestados de capacidade técnica (inclusive para o veículo camionete executiva 4x4 onde não houve o benefício para comprovação) referentes as exigências do Item 9.11.1.1.1 do edital e 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência, conforme seguem documentos abaixo e também estaremos enviando os anexos para cotrancontrato@presidencia.gov.br; pelo fato de não terem oportunizado a pastagem dos referidos documentos como foi oportunizado para as outras empresas licitantes e, pelo fato que a recorrente foi aliada da disputa injustamente, os atos administrativos devem ser devidamente motivados, sob pena de invalidar aquilo que foi praticado.

Em face do exposto e tendo na devida conta que os preços ofertados pela recorrente são efetivamente os menores preços, bem como, o fato da licitante BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA ter todos os veículos, referentes as exigências do Item 9.11.1.1.1 do edital e 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência, conforme documentos em anexo, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para: com fundamento do art. 49, da Lei nº 8666/93, declarar-se nula a desabilitação da BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, e acolhimento da documentação ora apresentada; determinar-se à Comissão de Licitação que profira tal habilitação, considerando a proposta da recorrente para alcançar o competente resultado classificatório, o qual, por certo, resultará na adjudicação do objeto licitado à subscritora, já que detentora do menor preço.

Outrossim, amparada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim o desejarem, conforme previsto no § 3º, do mesmo artigo do Estatuto.

10. Em sua peça recursal, a Recorrente RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEICULOS LTDA consigna, em síntese, que (2489454):

(...)

Ilustríssimo Julgador, com o desiderato de demonstrar a capacidade técnica para cumprir o contrato objeto do Pregão em tela, a Recorrente ofereceu três documentos, a saber: 01 (um) atestado de capacidade técnica elaborado pela Vice-Presidência da República (Doc. 01) e 02 (dois) elaborados pela Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil (Doc. 02), duas instituições cuja idoneidade é insofismável.

Demais disso, posteriormente em sede de diligência a Recorrente apresentou um quarto atestado (Doc. 03), desta vez expedido pela empresa G4S Interativa Service Ltda., que, como se vê, reforça a capacidade da Recorrente em atender às exigências do pretendo contrato.

Registre-se que um dos documentos, expedido pela Embaixada Americana, atesta a locação de 289 (duzentos e oitenta e nove) veículos, entre “veículos de luxo, ônibus, furgões e blindados”, o que atesta uma capacidade infinitamente superior àquela exigida pelos itens – em tese – desatendidos, a rememorar: 1 (um) automóvel popular e 2 (duas) caminhonetes 4 x4. Recorre-se à máxima: “quem pode mais, pode menos”.

No caso em apreço, a tese ora declinada contempla o interesse público em suas duas formas, na medida em que atesta a capacidade da empresa ora Recorrente em adimplir o pretendo contrato, para o Estado, através de seus agentes constituídos, possam exercer plenamente suas atribuições (interesse público primário), fazendo-o em com menor dispêndio de recursos públicos (interesse público secundário).

(...)

À luz desses elementos, passe-se a cotejar o aspecto atinente à vantajosidade da habilitação da empresa ora Recorrente. Para tanto, socorre-se do quadro-resumo abaixo: Item R8k Empresa Vencedora Diferença Item 1 R\$ 1.870.000,00 R\$ 1.900.000,00 -R\$ 30.000,00 Item 2 R\$ 880.000,00 R\$ 899.909,00 -R\$ 19.909,00 Item 3 R\$ 1.779.882,00 R\$ 2.500.000,90 -R\$ 720.118,90 Item 4 R\$ 900.000,00 R\$ 1.088.000,00 -R\$ 188.000,00 Item 5 R\$ 425.000,00 R\$ 419.957,00 R\$ 5.043,00 TOTAL -R\$ 952.984,90 Globalmente, o prejuízo ao Erário, a persistir a decisão de inabilitação objeto deste recurso, será de R\$ 952.984,90 (novecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos) – ou seja: aproximadamente R\$ 1 milhão de reais! -, monta de forma alguma desprezível, especialmente em um ambiente de grave restrição de recursos como o que ora se atravessa.

3 – Da Conclusão

Ao que exposto, verificada a expressiva vantajosidade das propostas apresentadas pela ora Recorrente, bem assim a robusta documentação comprobatória de sua capacidade técnica, para além, inclusive, do que exigido pelo edital, pugna-se pela revisão da decisão de inabilitação da empresa RK8, convolvendo-se em habilitação e seja retomada a fase de lances da licitação com a sua regular participação.

DAS CONTRARRAZÕES DE RECURSO

11. Contrapondo os argumentos, a Recorrida SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA registra suas contrarrrazões em face ao recurso da empresa BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, em apertada síntese, vejamos (2498903):

Vale salientar que em edital está previamente exposto, no item 8.6 e 8.9.2 que o pregoeiro poderá, solicitar diligência dos documentos apresentados pelos licitantes, conforme colacionado a seguir: 8.6 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do anexo VII-A, da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

Como supramencionado, estando o pregoeiro em seu direito de solicitar diligência e não descumprindo a declarada habilitada nenhum aspecto que possa prejudicar a boa-fé dentro do processo licitatório, pois a essa cabe comprovar e apresentar os documentos necessários a comprovação de sua habilitação técnica, sendo assim o recurso interposto está apenas atrasando o transcorrer do processo licitatório. A declarada habilitada anexou/enviou por e-mail apenas o que lhe foi pedido em face de diligência, não anexando nenhum outro documento aquém dos que foram solicitados.

IV- DO PEDIDO Mediante os fatos expostos e a defesa desses, pede-se o indeferimento do recurso interposto pela recorrente, em razão de que este está apenas atrasando e tumultuando o processo licitatório, além disto pede-se que seja mantida a decisão do pregoeiro.

12. Por sua vez, a Recorrida RIBAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA registra, em síntese, em suas contrarrrazões em face ao recurso da empresa BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, o que se segue(2502901):

A Recorrente, na presente hipótese, na tentativa de comprovar a sua aptidão para a prestação dos serviços, apresentou um atestado de capacidade técnica, contudo, o referido apresentava-se abaixo das categorias dos veículos solicitados, uma vez que comprovava apenas a quantidade de 5 (cinco) carros populares, 2 (dois) blindados e 11 (onze) executivos.

Contudo, para fundamentar a sua irrisignação, a Recorrente sustenta que a sua inabilitação violou os princípios relativos à Administração Pública, uma vez que, em que pese não tenha cumprido com os requisitos do edital, possui condições técnicas para o desempenho do objeto contratual, pugnando pela relativização das disposições editalícias.

Deduzindo, ainda, que não lhe fora ofertado o direito de complementar a sua documentação, conforme oportunizado às Licitantes RK9 Mobilidade e Locadora de Veículos e Sal Aluguel de Carros Ltda.

Ab initio, cumpre ressaltar se a própria Recorrente confessa em seu recurso que não cumpriu com os requisitos editalícios, não há fundamentos aptos a respaldar o prosseguimento do presente recurso.

Entretanto, caso haja o prosseguimento do presente recurso, deve-se atentar que a Administração está totalmente vinculada ao disposto no edital, não possuindo discricionariedade na apreciação das propostas, razão pela qual não é lícito a essa realizar a mitigação dos atestados de capacidade técnica exigidos pelo certame, os quais, inclusive, nos termos do artigo 30 da Lei nº 8666/93, possuem à finalidade de comprovar a aptidão do licitante para o desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Desse modo, caberia a Recorrente no prazo de habilitação apresentar todos os documentos capazes de demonstrar a sua aptidão técnica para tanto, desse modo, não é possível que após o prazo de habilitação seja conferida àquela a possibilidade de apresentar novas documentações, em razão da preclusão do seu direito, razão pela qual esta Recorrida puna pela desconsideração dos documentos colacionados pela Recorrente em conjunto com a peça recursal, nos termos do artigo 26 do Decreto 10.024/2019.

Outrossim, registra-se que as insurgências da Recorrente com relação ao edital, seja com relação ao prazo para apresentação da documentação ou até os requisitos, deveriam ter sido veiculadas em tempo hábil, por meio de impugnação, o que não se verificou, ocorrendo, portanto, a plena preclusão dos fundamentos recursais ora veiculados, nos termos do artigo 24 do Decreto 10.024/2019 e do item 20.1 do Edital do certame.

Ora, se a Recorrida possui plena capacidade para desempenhar o objeto do Edital 007/2021, deveria ter agido com o devido zelo e cuidado para apresentar toda a documentação exigida, não podendo se admitir que haja a anulação do presente certame e maiores prejuízos à administração por imperícia e negligência da Recorrida.

Ademais, verifica-se que essa não deve apenas ser declarada inabilitada por ausência de qualificação técnica para o desempenho do objeto contratual, uma vez que também propôs valores destoantes dos previstos no Apêndice IV do Termo de Referência, conforme consta no parecer técnico de análise de sua proposta, elaborado pela coordenação de licitação.

Portanto, por qualquer ângulo que se observe, resta demonstrado que a Recorrente deixou de cumprir os requisitos de habilitação determinados pelo Edital 007/2021, devendo a decisão de inabilitação da Recorrente ser mantida em sua integralidade, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica, vinculação ao edital e impessoalidade.

13. Em relação ao recurso impetrado pela RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEICULOS LTDA, houve por parte da empresa Recorrida RIBAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, o registro das seguintes contrarrazões (2502900), resumidamente:

(...) Observando o direito de ampla defesa, esta Administração solicitou à Recorrente que apresentasse cópia do Contrato que deu suporte à contratação. Em resposta, à Recorrente apresentou três atestados referentes às categorias de veículos divergentes do exigido pelo edital e sem especificações das quantidades.

Portanto, consta-se que inexistiu comprovação por parte da Recorrente da sua qualificação técnica para o cumprimento do objeto contratual, conforme constatado de forma certa pela Ilustríssima Senhora Pregoeira:

1.1.1 Cumpre informar que a empresa RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEICULOS, não comprovou todos os veículos referentes a exigência do item 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência – Edital PE nº 7/2021, conforme pode ser observado abaixo:

Popular: Qtde Exigida 5 – Qtde Comprovada 4 Automóvel Executivo II ou Superior: Qtde Exigida 4 – Qtde Comprovada 6 Camionete Executiva 4x4: Qtde Exigida 2 – Qtde Comprovada 0 Executivo Blindado II ou Superior: Qtde Exigida 1 – Qtde Comprovada 1

Contudo, para sustentar a sua irresignação, a Recorrente sustenta que a sua inabilitação violou os princípios relativos à Administração Pública, uma vez que, em que pese não tenha cumprido com os requisitos do edital, possui condições técnicas para o desempenho do objeto contratual, pugnando pela relativização das disposições editalícias.

Ora, Ilustríssima Senhora Pregoeira se a própria Recorrente confessa em seu recurso que não cumpriu com os requisitos editalícios, não há fundamentos aptos a respaldar o prosseguimento do presente recurso.

Entretanto, caso haja o prosseguimento do presente recurso, deve-se atentar que a Administração está totalmente vinculada ao disposto no edital, não possuindo discricionariedade na apreciação das propostas, razão pela qual não é lícito a essa realizar a mitigação dos atestados de capacidade técnica exigidos pelo certame, os quais, inclusive, nos termos do artigo 30 da Lei nº 8666/93, possuem à finalidade de comprovar a aptidão do licitante para o desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Ad cautelam, ainda que o douto julgador entenda pela demonstração da capacidade técnica da Recorrente, há que se ressaltar que esta também não comprovou a sua capacidade jurídica, uma vez que **DEIXOU DE APRESENTAR NOS AUTOS A CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA**, deixando de observar também o item 18.4.2.1 do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão nº 7/2021.

Nesse mesmo sentido, verifica-se que a referida apresentou planilha de custos, no tocante à proposta do Item 1, com valores divergentes daqueles previstos no Apêndice IV do Termo de Referência, e que, ao contrário do deduzido em suas razões recursais, além desta Recorrida ter comprovado integralmente a sua habilitação, apresentou proposta mais vantajosa à Administração. Portanto, por qualquer ângulo que se observe, resta demonstrado que a Recorrente deixou de cumprir os requisitos de habilitação determinados pelo Edital 007/2021, devendo a decisão de inabilitação da Recorrente ser mantida em sua integralidade, sob pena de violação ao princípio da segurança jurídica, vinculação ao edital e impessoalidade.

DA ANÁLISE

14. Considerando que as razões de recurso apresentadas pela recorrente **BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA** e **RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEICULOS LTDA** são eminentemente técnicas, as quais recaem sobre as questões técnicas das especificações da solução, em razão de previsão contida no Termo de Referência, os autos foram remetidos à Coordenação-Geral de Transporte, que emitiu parecer técnico (2503634), conforme transcrições abaixo:

A licitante **BRECHA TRANSPORTE E TURISMO LTDA** que interpôs recurso para os itens 3 e 5 apresentou um atestado de capacidade técnica e, com base nas informações contidas no atestado, não houve necessidade de diligenciá-la para que fossem disponibilizadas informações complementares. No entanto, nesse atestado, não houve **comprovação** de todas as categorias de veículos, conforme quadro demonstrativo, que traz as exigências do constantes no Item 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência – Edital PE nº 7/2021, tendo como consequência a **inabilitação da recorrente**.

Comprovação			
Item 18.4.3.1.1.1 - Da Habilitação - Qualificação técnica			
Popular Qtde exigida (5)	Automóvel Executivo II ou superior Qtde exigida (4)	Caminhonete Executiva 4x4 Qtde exigida (2)	Executivo Blindado II ou superior Qtde exigida (1)
Qtde comprovada (5)	Qtde comprovada (11)	Qtde comprovada (0)	Qtde comprovada (2)

Quanto à alegação da empresa de dispor de todos os veículos, conforme informado no ato da apresentação deste recurso, no que se refere ao Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Vice-Presidência, essa comprovação foi intempestiva, pois o atestado foi apresentado juntamente com o recurso ora em análise, e é **datado de 30 de março de 2021**. Conforme o item 5.1 do Edital do PE nº 07/2021, “os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema Comprasnet, concomitantemente **com os documentos de habilitação exigidos no edital até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.”(grifo nosso). Conforme o Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial da União em 09 de março de 2021 (2431900), a Abertura da Proposta ocorreu no dia 19/03/2021, às 09h30.

No que se refere às contrarrazões apresentadas pela empresa **SAL ALUGUEL DE CARROS LTDA**, após análise, verifica-se que estão em consonância com os atos praticados durante o processo licitatório, **quanto à inabilitação da empresa recorrente BRECHA TRANSPORTE E TURISMO LTDA**.

Diante do exposto, ratificam-se os Despachos COTRAN/DILOG/SA (2467781) e (2472022), que concluíram que a licitante não cumpriu com os requisitos de habilitação do Edital do PE nº 07/2021, e posiciona-se pelo **NÃO ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DO RECURSO** com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

(...)

A recorrente **RK8 MOBILIDADE E LOCADORA DE VEICULOS LTDA**, em seu recurso interposto (2489454) no âmbito dos Itens 1 a 5, alega que:

A licitante apresentou três atestados de capacidade técnica, entre os documentos constantes no anexo do sistema Comprasnet, vejamos:

Atestado expedido pela Embaixada dos Estados Unidos Brasília/DF, de 28/12/2020, que não pôde ser considerado por apresentar categoria de veículos divergente do solicitado;

Atestado expedido pela Vice-Presidência da República – Dispensa de Licitação nº 18/2020: com base nas informações nele contidas não houve a necessidade de diligenciar a licitante para que fossem disponibilizadas informações complementares, sendo **comprovadas, neste atestado, as categorias Automóvel Executivo II ou superior e Executivo Blindado II ou superior**;

Atestado expedido pela Embaixada dos Estados Unidos Brasília/DF, de 08/12/2020: apresenta duas categorias que estão entre as categorias solicitadas (executivos de luxo e blindados), porém, não informa as quantidades. Essa informação também não pôde ser aferida na documentação complementar que fora solicitada por meio de diligência;

No que se refere ao Atestado de Capacidade Técnica da Empresa GAS/HEAD-Risco Corporativo, trata-se de documento novo, o qual não foi anexado da abertura do certame. Sendo assim, apresentado intempestivamente, trazido junto aos documentos referentes à diligência, com data de **24 de março de 2021**. Conforme o item 5.1 do Edital do PE nº 07/2021, “os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema Comprasnet, concomitantemente **com os documentos de habilitação exigidos no edital até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.”(grifo nosso). Conforme o Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial da União em 09 de março de 2021 (2431900), a Abertura da Proposta foi dia 19/03/2021 às 09h30.

Sendo assim, com base nos atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante **não houve a comprovação de todas as categorias de veículos**, referentes à exigência do Item 18.4.3.1.1.1 do Termo de Referência – Edital PE nº 7/2021, tendo como consequência a **inabilitação da recorrente**.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao [Tribunal de Contas](#) da União, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)

O TRF1 também já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (AC 199934000002288): “Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ‘a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada’ (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, **não pode esta se furtrar ao seu cumprimento**, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento”.

Nesse ponto, destacamos os itens do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2021:

“18.4.3.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

18.4.3.1.1.1. A prestação de serviços de locação ou sublocação de veículos com ou sem motoristas. Será exigido ainda, devido ser a parcela de maior relevância do objeto a ser contratado, a comprovação da prestação de serviços referentes às categorias e quantitativos dos veículos da tabela abaixo:

	Categoria	ITEM 1 ao 5
		Qtde. de veículos
1	Executivo Blindado II ou superior	01
2	Caminhonete Executiva 4x4	02
3	Automóvel Executivo II ou superior	04
4	Popular	05

18.4.3.1.2. A apresentação dos atestados justifica-se pela necessidade de comprovação de uma estrutura mínima da empresa a ser contratada, tendo em vista a diversidade e as características dos veículos a serem locados, e os veículos destacados da tabela acima são aqueles que compõem em sua maioria uma missão presidencial.”(grifo nosso)

A respeito do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o Superior Tribunal de Justiça/STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema. No Recurso Especial nº 1178657, o STJ tribunal decidiu:

(...)

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL.

REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício.

Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), “a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento pela Anvisa”, **este deve ser o documento apresentado que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica.** Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação – protocolo de pedido de renovação de registro – que não a requerida, **não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.**

Nesse caso, não se trata de simples formalismo, mas sim de exigência formal de cumprimento aos critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, pois, conforme o Item 1.1 do Edital, “O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para locação de veículos, com e sem motorista, para toda Região Centro-Oeste e para os estados do Acre, Amazonas, Pará e Roraima da Região Norte, **conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**” (grifo nosso). Foi exigido um mínimo de veículos utilizados em uma missão presidencial, que, em sua grande maioria, totaliza, em média, 15 veículos. Além disso, considerou-se a possibilidade de ocorrerem diversas missões simultaneamente.

Diante do exposto, ratificam-se os Despachos COTRAN/DILOG/SA (2467781) e (2476363), que concluíram que a licitante não cumpriu com os requisitos de habilitação do Edital do PE nº 07/2021, e posiciona-se pelo **NÃO ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DO RECURSO**, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

DA CONCLUSÃO

15. Em razão dos fatos registrados nos recursos, CONHEÇO os recursos interpostos pelas RECORRENTES, por serem tempestivos e estarem nos moldes legais para, no mérito, julgar IMPROCEDENTES, com base no instrumento convocatório e no parecer técnico da área técnica demandante, mantendo como vencedora do certame a empresa RIBAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

16. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados. Esta decisão de recurso encontra-se disponível nos sítios: www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes e www.gov.br/compras.

MILANE SANTA CRUZ OLIVEIRA
Pregoeira

Documento assinado eletronicamente por **Milane Santa Cruz Oliveira, Pregoeiro(a)**, em 15/04/2021, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2507838** e o código CRC **DE251513** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00087.000913/2020-75

SEI nº 2507838